

INFÂNCIA EM PERSPECTIVA: ENSAIO SOBRE AS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA ÀS CRIANÇAS NAS DÉCADAS DE 1930 E 1950¹

Flávia Martinelli Ferreira,
Faculdade Anhanguera de Campinas - SP (FAC)

RESUMO

Ao prescrutar a história das instituições educativas de assistência às crianças, o presente trabalho tem como objetivo analisar a perspectiva de infância que as perpassou. Serão apresentados, para tanto, os movimentos educativos que respaldaram a construção dos Parques Infantis e das Escolas ao Ar Livre nas cidades de São Paulo e Campinas (décadas de 1930 a 1950). Por fim, intencionou-se demonstrar a articulação entre as referidas instituições e as garantias do direito à infância.

PALAVRAS-CHAVE: infância; escola; educação infantil.

INTRODUÇÃO

Pensar nos espaços relacionados ao atendimento à infância significa entender que estas instituições são reflexo de questões políticas, econômicas e sociais presentes no Brasil no início do século XX, que culminaram em condições para a existência de uma grande quantidade de crianças em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Os motivos que asseguraram tal fragilidade são, por exemplo, o êxodo rural, o crescimento das cidades e da população, a infraestrutura urbana precária e péssimas condições de trabalho e moradia para famílias e crianças (FARIA, 1993; 1995, KUHLMANN JR., 1998; 2000).

Diante deste quadro, cabe questionarmos: como foram construídas as noções de direito à educação e direito à infância no início do século XX? O objetivo deste trabalho é investigar a edificação de instituições de atendimento às crianças – especialmente os Parques Infantis e as Escolas Ao Ar Livre – nas cidades de São Paulo e Campinas, entre as décadas de 1930 e 1950. Para tanto, uma revisão bibliográfica não sistemática constituída de produções circunscritas ao tema foi empreendida, originando o texto de caráter ensaístico aqui apresentado.

¹ O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

ESPAÇOS E TEMPOS ESCOLARES NAS DÉCADAS DE 1930 A 1950

Os espaços e tempos escolares não se apresentam como dimensões neutras do ensino, ou meramente estruturas vazias de intencionalidades. Para Escolano (1998), pelo contrário, são edificações que instituem em sua materialidade discursos e valores que compõem um conjunto de símbolos estéticos, culturais e ideológicos. São espaço e tempo de pedagogias que sugerem a interiorização de comportamentos, atuando como elementos de construção social e histórica a serem investigados (VIÑAO FRAGO, 1995). Sob a égide da renovação, reuniam o anseio de rompimento com as práticas sociais, políticas e educacionais instaladas até então, amparados em um grande desejo de mudança (VIDAL, 2013).

Como problemática que favorecia a construção destes espaços temos o aumento populacional, fruto da intensa imigração na cidade de São Paulo e o conseqüente abandono das crianças por parte dos pais, considerado uma questão médico e social (DALBEN, DANAILOF, 2009) Tal condição dá origem à criação das primeiras “instituições de assistência e proteção à infância desamparada”, assegurando diferentes compromissos educacionais conforme a condição da criança, constituindo desde o formar, “modelar”, até a possibilidade de corrigir comportamentos e hábitos viciosos (RAGO, 1997, p. 117-119). Neste sentido, novos tempos e espaços escolares e instituições educativas se fizeram necessários para disseminar os ditames higiênicos do fim do século XIX, facilitando a inspeção escolar e a disseminação de uma ideologia republicana (FARIA FILHO, VIDAL, 2000). Estas iniciativas foram importantes, como afirma Dalben (2019), para o fortalecimento da defesa de um ensino mais próximo à natureza, engajado a partir de projetos práticos elaborados pelas crianças e pelos jovens.

PARQUES INFANTIS, ESCOLAS AO AR LIVRE E O DIREITO À INFÂNCIA

A institucionalização da infância pode ser mapeada pela construção de espaços e ações destinados à infância, como as escolas, os centros de saúde, creches, asilos infantis, colônias de férias e parques infantis (DALBEN, DANAILOF, 2009). Em São Paulo, os Parques Infantis e a Escola de Aplicação ao Ar Livre foram dois dos espaços que concentraram um grande número de crianças à época. Com isso, o objetivo deste trabalho é analisar a construção destes espaços como política pública educacional voltada para a infância desde a década de 1930 até o final da década de 1950.

Os parques eram considerados reduto de elementos que proporcionariam uma terapêutica higiênica e fortificante às crianças: sol, água e ar, apreciados por parte do pensamento médico-higienista como forma de retorno a uma natureza adaptada pela vida urbana (DALBEN, DANAILOF, 2009). Tais espaços não continham uma natureza preservada, pelo contrário: organizavam uma vegetação própria e uma paisagem controlada.

A proposta inicial dos Parques Infantis destacava a necessidade de ocupação do tempo livre das crianças – filhos e filhas dos operários – e, assim, eram instalados próximos às fábricas. O objetivo seria despertar o gosto por hábitos saudáveis, sublinhando, ainda, características valorizadas no convívio social. Surgiam, portanto, discursos e práticas sociais arquitetadas a partir de uma imagem mitificada acerca das crianças (FERREIRA, WIGGERS, 2019). As ações que constituíam esses espaços educativos foram analisadas por Danailof (2006), Guedes (2006) e Dalben (2009), indicando intenções de inculcar uma identidade nacional aos filhos de imigrantes, por meio de conformação dos corpos infantis para o trabalho nas fábricas. Os parques infantis, para os autores, são instituições de controle social com desígnio de prevenir a criminalidade e o ócio delinquente das crianças.

Neste ínterim, este trabalho interessa-se por compreender tais instituições como responsáveis pela universalização do acesso à educação e do direito à infância, por meio da socialização das crianças e das brincadeiras e atividades artísticas realizadas (FARIA, 1993; FERREIRA, WIGGERS, 2019; GOBBI, 2004). Até então, parte da população infantil estava à margem destes direitos, sendo os Parques Infantis instituições educativas pioneiras no acolhimento das crianças. Embora os Parques tivessem a intenção de disciplinar o lazer da classe operária, também garantiam a ela o direito ao tempo livre, por meio do espaço público destinado a esse fim. Da mesma forma, para a criança, esse direito assume proporções ainda maiores, pois o espaço destinado à recreação poderia ser entendido como uma forma de garantir o direito à própria infância.

Durante a existência de um Convênio Escolar em São Paulo, de 1948 a 1955, foram projetadas inúmeras escolas, assim como teatros populares, Parques Infantis, bibliotecas e cinco edifícios escolares, entre eles o da Escola de Aplicação ao Ar Livre (DALBEN, DANAILOF, 2009). Para os autores, as construções rompiam com os modelos da escola monumento, substituída por uma escola horizontal, em meio a jardins e gramados. Sua arquitetura moderna apresentava concretamente toda a ideologia pedagógica da Escola Nova,

com espaços arquitetônicos abertos, de traços limpos e simples, que ofereciam local propício para as aulas de educação física.

No século XIX, no Brasil, não existiam políticas educacionais orientadas para a educação das crianças e é aproximadamente a partir da primeira metade do século XX (1901 a 1950), período no qual nós temos as iniciativas das Escolas Ao Ar Livre e dos Parques Infantis, que as crianças passam a ser tratados como “objetos” de tutela do Estado (KUHLMANN, 1998). Em síntese, em que pese suas peculiaridades e características controversas, os Parques Infantis e as Escolas ao Ar Livre são instituições que garantiram o acesso à educação e o direito à infância nas décadas de 1930 e 1950, nas cidades de Campinas e São Paulo – SP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Faria (1993, 1995), novas formas de atenção às crianças pobres foram experimentadas nessas instituições, consideradas como espaços adequados para a educação das crianças, que assim viriam a ser adultos mais adaptados à sociedade do trabalho. No entanto, havia uma pluralidade de intenções passíveis de serem destacadas nessas instituições e as ambiguidades das estruturas e de seus usos.

O intuito central deste trabalho foi descrever nuances da história das instituições educativas de assistência às crianças – em especial, os Parques Infantis e as Escolas ao Ar Livre – ao passo em que apresentamos a perspectiva relacionada à Infância que perpassou tais empreendimentos. Esta articulação entre as instituições e as garantias do direito à infância nos permitirão pensar a educação e sua relação com as culturas infantis e, porque não, o tempo e o lugar das crianças na escola. A representação da escola como espaço e tempo específico de tutela das crianças é hegemônica, apresentando ainda poucos questionamentos sobre a construção destes prédios e dos significados deste espaço e tempo para as crianças. Se podemos afirmar que estes estudos contribuem com a construção de uma escola de qualidade em curso, a participação das crianças é, ainda hoje, o maior desafio.

CHILDHOOD IN PERSPECTIVE: ESSAY ON CHILD CARE INSTITUTIONS IN THE 1930S AND 1950S

ABSTRACT

Prescribing the history of educational children care institutions, this paper aims to analyze the perspective of childhood that permeated them. To do so, the educational movements that supported the construction of Playgrounds and Open Air Schools in the cities of São Paulo and Campinas (from 1930 to 1950) will be presented. Finally, the intention was to demonstrate the articulation between the referred institutions and the guarantees of children's rights.

KEYWORDS: childhood; school; early childhood education.

LA INFANCIA EN PERSPECTIVA: ENSAYO SOBRE LAS INSTITUICIONES DE ATENCIÓN A LA INFANCIA EN LOS AÑOS 1930 Y 1950

RESUMEN

Al prescribir la historia de las instituciones educativas para el cuidado de los niños, este trabajo pretende analizar la perspectiva de la infancia que las impregnó. Para ello, se presentarán los movimientos educativos que apoyaron la construcción de los Parques Infantiles y Escuelas al Aire Libre en las ciudades de São Paulo y Campinas (de 1930 a 1950). Por último, demostramos la articulación entre estas instituciones y las garantías del derecho a la infancia.

PALABRAS CLAVES: infancia; escuela; escuela de primera infancia.

REFERÊNCIAS

DALBEN, A. Escola de aplicação ao ar livre de São Paulo. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.35, e219650, 2019.

DALBEN, A.; DANAILOF, K. Natureza urbana: parques infantis e escola ao ar livre em São Paulo (1930-1940). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 31, n. 1, p. 163-177, Set. 2009.

DALBEN, A. **Educação do corpo e vida ao ar livre: natureza e educação física em São Paulo (1930-1945)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

DANAILOF, K. **Crianças na trama urbana:** as práticas corporais nos parques infantis da São Paulo dos anos 1930. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

ESCOLANO, A. Arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo. In: ESCOLANO, A. e VIÑAO FRAGO, A. **Currículo, espaço e subjetividade.** A arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A Editora. Tradução Alfredo Veiga-Neto, 1998.

FARIA, A. L. G. **Direito à infância:** Mário de Andrade e os parques infantis para as crianças de família operária na cidade de São Paulo (1935-1938). 1993. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

FARIA, A. L. G. As origens da rede pública municipal de educação infantil na cidade de São Paulo. **Pro-Posições**, Campinas, v. 6, n. 2, p. 34-45, 1995.

FARIA FILHO, L. M.de; VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 19-34, Ago. 2000.

FERREIRA, F. M.; WIGGERS, I. D. Infância e urbanidade nos parques infantis de São Paulo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.45, e194024, 2019.

GOBBI, Márcia. **Desenhos de outrora, desenhos de agora:** o desenho das crianças pequenas no acervo Mário de Andrade. 2004. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

GUEDES, L. **Novas velhas formas de dominação:** os parques infantis e o novo projeto de dominação social. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

KUHLMANN JR., M. O jardim de infância e a educação das crianças pobres: final do século XIX, início do século XX. In: MONARCHA, C. (Org). **Educação da infância brasileira:** 1875 – 1983. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p. 3-30.

KUHLMANN JR., M., (1998). **Infância e educação infantil:** uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação.

RAGO, M. **Do cabaré ao lar:** a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

VIDAL, D. G. 80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 577-588, Set. 2013.

VIÑAO FRAGO, A., Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, n. 0, p. 63-82, 1995.